



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

MENSAGEM Nº 210/2013-ALE.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO encaminha a Vossa Excelência para os fins constitucionais o incluso Autógrafo de Lei nº 923/2013, que “Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 918, de 2000, que instituiu o selo de fiscalização e a gratuidade do registro de nascimento, assentos de óbitos e das primeiras certidões no âmbito estadual.”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 12 de junho de 2013.


Deputado HERMÍNIO COELHO
Presidente – ALE/RO

RECEBIDO NA COTEI
Em 18/06/2013
Horas 12:00
Por José Carlos



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 923/2013

Altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 918, de 2000, que instituiu o selo de fiscalização e a gratuidade do registro de nascimento, assentos de óbitos e das primeiras certidões no âmbito estadual.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º. O *caput* do artigo 6º e o artigo 9º da Lei nº 918, de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. O Selo de Fiscalização terá valor unitário de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos), a ser cobrado dos usuários, sendo que os notários e registradores deverão adquiri-lo antecipadamente, por meio de depósito ao Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários – FUJU.

.....

Art. 9º. Os selos apostos no âmbito do registro civil das pessoas naturais em documentos de interesse da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, por não serem cobrados, serão ressarcidos na forma do art. 7º desta Lei.”

Art. 2º. O § 1º e incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 918, de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.

§ 1º. A arrecadação, além dos atos de nascimento e óbito, ressarcirá também os oficiais de registro civis das pessoas naturais pelo cumprimento dos seguintes atos praticados:

I – habilitação para o casamento, a celebração, o registro, a primeira certidão relativa a tal ato, bem como os demais atos em favor de reconhecidamente pobre;

II – celebração do casamento dentro da serventia, ao Juiz de Paz; e

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no rodapé da página.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

III – o beneficiário da Justiça Gratuita e por requisição de órgãos públicos para instrução de processos de interesse público.”

Art. 3º. O § 2º do artigo 7º da Lei nº 918, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º.....

§ 2º. Os notários e registradores informarão à Corregedoria-Geral da Justiça, diariamente, por meio de Sistema Eletrônico, todos os atos notariais e registrais praticados, sob pena de incorrer em falta disciplinar.”

Art. 4º. Acrescenta o Parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 918, de 2000, com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

Parágrafo único. As características do Selo de Fiscalização poderão ser alteradas, suprimidas ou acrescentadas de outros elementos técnicos, a critério da Corregedoria-Geral da Justiça, desde que mantida ou ampliada à segurança.”

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 12 de junho de 2013.


Deputado HERMÍNIO COELHO
Presidente - ALE/RO